

**MINUTA DO CONTRATO PARA MANUTENÇÃO PREVENTIVA DE APARELHOS**  
**CONDICIONADORES DE AR**  
**MINUTA DO CONTRATO XX/2017**

**PROCESSO Nº 23343.001787.2017-06**

**Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº 16/2017**

**MINUTA DO CONTRATO N.º XX/2017**  
**QUE ENTRE SI CELEBRAM O**  
**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO,**  
**CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SUL DE**  
**MINAS GERAIS COMO CONTRATANTE**  
**E A EMPRESA XXXXXXXXXXXXX COMO**  
**CONTRATADA, PARA MANUTENÇÃO**  
**PREVENTIVA DE APARELHOS**  
**CONDICIONADORES DE AR PARA O**  
**IFSULDEMINAS – XXXXXXXX**

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais - IFSULDEMINAS, com sede na cidade de Pouso Alegre-MG, na Avenida Vicente Simões, 1.111, Bairro Nova Pouso Alegre, inscrita no C.N.P.J sob o nº 10.648.539/0001-05, neste ato representado pelo seu Reitor, Marcelo Bregagnoli, brasileiro, residente e domiciliado na Rua Alberto de Barros Cobra, 613 – apto 302 – Bairro Nova Pouso Alegre, na cidade de Pouso Alegre, Minas Gerais, CEP: 37.550-000, portador da Carteira de Identidade nº 6.517.588 SSP/MG, CPF nº 666.113.426-72, nomeado pelo decreto de 12 de agosto de 2014, consoante delegação de competência que lhe foi conferida; e, do outro lado, como contratada, a empresa

XXXXXX, inscrita CNPJ sob n.º XXXXXXXX, com sede à XXXXXXXX, n.º XX, Bairro XXXXXXXXXXXX, CEP XXXXXXXX, XXX - XX proponente em processo de Licitação n.º 23343.001787.2017-06, modalidade Pregão Eletrônico n.º 16/2017, Tipo Menor Preço, com observância das Leis n.º 8.666/1993, n.º 8.078/1990 e n.º 10.520/2002; dos Decretos n.º 3.555/00, n.º 3.722/01, n.º 4.485/02, n.º 5.450/05, n.º 7.746/12 e n.º 7.892/13; com fundamento no Parecer Jurídico de n.º XXX representada neste ato pelo XXXXX, brasileiro, XXX, XXX, inscrito no CPF – MF sob o n.º XXXXXXXX e portador da Cédula de Identidade n.º XXXX, SSP/XX, com endereço à Rua XXXXXXXX, n.º XX, Bairro XXXXXXXX, CEP XXXX, XXXXXXXX - XX, tem entre si, justos e contratados, e mediante as cláusulas e condições seguintes:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO



1. O presente instrumento tem por objeto a contratação de pessoa jurídica especializada, para prestação de serviços continuados de manutenção preventiva de aparelhos condicionadores de ar, para atender às necessidades do (a) XXXXXXXX do IFSULDEMINAS.
2. Os serviços objeto deste contrato, por execução indireta, sob o regime de menor preço global, são os descritos no anexo II – Projeto Executivo.
3. Os quantitativos e configurações dos aparelhos são os seguintes:

#### ITEM: 11

CATMAT: 3492		Tipo: Serviço	
Descrição: Ar condicionado - manutenção de aparelhos de parede. Serviços de manutenção e reparo de maquinaria e equipamentos.			
Descrição Detalhada: Serviço de manutenção preventiva trimestral de condicionadores tipo I e de acordo com o projeto executivo anexo do edital.			
Quantidade:	8	Unidade de fornecimento: Serviço	
		Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
Valor Estimado		R\$	R\$

Quantidade por unidade (Cada unidade celebrará o próprio contrato)

Campus/Unidade	Quantidade
----------------	------------

	<p align="center"><b>MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO</b>  <b>SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA</b>  <b>INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SUL DE</b>  <b>MINAS GERAIS</b>  <b>REITORIA</b>  <b>COORDENAÇÃO GERAL DE CONTRATOS E CONVÊNIOS</b></p>	
---	--	---

REITORIA	4
CAMPUS INCONFIDENTES	4
TOTAL	8

#### ITEM: 12

<b>CATMAT:</b> 3492		<b>Tipo:</b> Serviço
Descrição: Ar condicionado - manutenção de aparelhos de parede. Serviços de manutenção e reparo de maquinaria e equipamentos.		
<b>Descrição Detalhada:</b> Serviço de <b>manutenção preventiva trimestral</b> de condicionadores tipo II e de acordo com o projeto executivo anexo do edital.		
<b>Quantidade:</b> 4	<b>Unidade de fornecimento:</b> Serviço	
	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
<b>Valor Estimado</b>	<b>R\$</b>	<b>R\$</b>

Quantidade por unidade (**Cada unidade celebrará o próprio contrato**)

Campus/Unidade	Quantidade
REITORIA	4
TOTAL	4

#### ITEM: 13

<b>CATMAT:</b> 3492		<b>Tipo:</b> Serviço
Descrição: Ar condicionado - manutenção de aparelhos de parede. Serviços de manutenção e reparo de maquinaria e equipamentos.		
<b>Descrição detalhada:</b> Serviço de <b>manutenção preventiva trimestral</b> de condicionadores tipo III e de acordo com o projeto executivo anexo do edital.		
<b>Quantidade:</b> 12	<b>Unidade de fornecimento:</b> Serviço	
	Valor unitário (R\$)	Valor total (R\$)
<b>Valor estimado</b>	<b>R\$</b>	<b>R\$</b>

Quantidade por unidade (**Cada unidade celebrará o próprio contrato**)

Campus/Unidade	Quantidade
REITORIA	4
CAMPUS INCONFIDENTES	8
TOTAL	12

#### ITEM: 14

CATMAT: 3492		Tipo: Serviço	
Descrição: Ar condicionado - manutenção de aparelhos de parede. Serviços de manutenção e reparo de maquinaria e equipamentos.			
Descrição detalhada: Serviço de manutenção preventiva trimestral de condicionadores tipo IV e de acordo com o projeto executivo anexo do edital.			
Quantidade:	4	Unidade de fornecimento: Serviço	
		Valor unitário (R\$)	Valor total (R\$)
Valor estimado		R\$	R\$

Quantidade por unidade (**Cada unidade celebrará o próprio contrato**)

Campus/Unidade	Quantidade
REITORIA	4
TOTAL	4

#### ITEM: 15

CATMAT: 3492		Tipo: Serviço	
Descrição: Ar condicionado - manutenção de aparelhos de parede. Serviços de manutenção e reparo de maquinaria e equipamentos.			
Descrição Detalhada: Serviço de manutenção preventiva trimestral de condicionadores tipo V e de acordo com o projeto executivo anexo do edital.			
Quantidade:	8	Unidade de fornecimento: Serviço	
		Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)

<b>Valor Estimado</b>	<b>R\$</b>	<b>R\$</b>
-----------------------	------------	------------

Quantidade por unidade (**Cada unidade celebrará o próprio contrato**)

<b>Campus/Unidade</b>	<b>Quantidade</b>
REITORIA	4
CAMPUS INCONFIDENTES	4
<b>TOTAL</b>	<b>8</b>

## **CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR DO CONTRATO**

- O valor estimado deste contrato para o período de sua vigência é de **R\$ XXXXX (xxxxxxxxx)**.
- Todas as despesas com tributos, encargos sociais, fretes, embalagens, seguros e quaisquer outras despesas que incidam sobre o objeto contratado correrão por conta da CONTRATADA.**

## **CLÁUSULA TERCEIRA – DA DESPESA**

- Os recursos para pagamento das despesas decorrentes do presente processo correrão por conta da Natureza de Despesa **xxxx.xx**, PTRES **xxxxx**, Fonte de Recurso **xxxxxxxxxx**, PI **xxxxxxxxxx**, conforme Nota de Empenho nº **XXXXXXXXXXXXXX**.
- A despesa para os exercícios subsequentes, quando for o caso, será alocada à dotação orçamentária prevista para atendimento dessa finalidade, a ser consignada ao IFSULDEMINAS, pela Lei Orçamentária Anual.

## **CLÁUSULA QUARTA – DOS PRAZOS**

- A CONTRATADA deve dar início à execução dos serviços somente após o recebimento de Ordem de fornecimento expedida pelo CONTRATANTE, através do fiscal do contrato, contendo autorização específica para tal fim.
- A prestação de serviços inclui o fornecimento de materiais e a utilização de equipamentos necessários e adequados à manutenção e à execução dos serviços.**

#### **CLÁUSULA QUINTA – DA VIGÊNCIA**

1. O prazo de vigência deste contrato é de **12 (doze) meses**, contado da data da publicação do seu extrato no Diário Oficial da União.
2. O presente contrato será prorrogado, mediante termo aditivo, a cada 12 (doze) meses, até o limite de 60 (sessenta) meses, caso sejam preenchidos os requisitos abaixo enumerados de forma simultânea, e autorizado formalmente pela autoridade competente:
  - a) prestação regular dos serviços;
  - b) não aplicação de punições de natureza pecuniária por 3 (três) vezes;
  - c) manutenção do interesse pela Administração na realização do serviço;
  - d) manutenção da vantagem econômica do valor do contrato para a Administração; e
  - e) concordância expressa da CONTRATADA pela prorrogação.

#### **CLÁUSULA SEXTA – DA GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO**

1. A CONTRATADA deve apresentar à Administração do CONTRATANTE, no prazo máximo de **10 (dez) dias úteis**, contado da data da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia correspondente ao percentual de 5% (cinco por cento) do valor atualizado do contrato, cabendo-lhe optar dentre as modalidades caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária, com validade durante a execução do contrato, devendo ser renovada a cada prorrogação, observados ainda os seguintes requisitos:
  - a) a garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, assegurará o pagamento de:
    1. prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;
    2. prejuízos causados à Administração ou a terceiro, decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;
    3. multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e
    4. obrigações trabalhistas, fiscais e previdenciárias de qualquer natureza, não adimplidas pela contratada;

- b) a modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados nos itens da alínea "a";
- c) a garantia em dinheiro deverá ser efetuada na Caixa Econômica Federal em conta específica com correção monetária, em favor do contratante;
- d) a inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso, observado o máximo de 2% (dois por cento);
- e) o atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõem os incisos I e II do art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993;
- e) o garantidor não é parte interessada para figurar em processo administrativo instaurado pelo contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada;
5. a garantia será considerada extinta:
1. com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da Administração, mediante termo circunstanciado, de que a contratada cumpriu todas as cláusulas do contrato; e
  2. 03 (três) meses após o término da vigência do contrato, que poderá ser estendido em caso de ocorrência de sinistro;
6. o contratante não executará a garantia nas seguintes hipóteses:
1. caso fortuito ou força maior;
  2. alteração, sem prévia anuência da seguradora ou do fiador, das obrigações contratuais;
  3. descumprimento das obrigações pela contratada decorrente de atos ou fatos da Administração; ou prática de atos ilícitos dolosos por servidores da Administração;

#### **CLÁUSULA SÉTIMA – DOS ENCARGOS DA CONTRATADA**

1. **A Contratada, além das obrigações específicas constantes no Projeto Executivo, obriga-se a:**
  - 1.1. Efetuar a prestação dos serviços em perfeitas condições, no prazo e local indicados pela Administração, com estrita observância das especificações do Edital e da proposta,

acompanhados da respectiva nota fiscal, constando detalhadamente as indicações da marca, fabricante, modelo, tipo, procedência e prazo de garantia. Os bens acaso fornecidos por ocasião da prestação dos serviços devem estar acompanhados, ainda, quando for o caso, do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada;

1.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do serviço ou do produto, de acordo com os artigos 12, 13, 18 e 26, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

1.2.1. O dever previsto no subitem anterior implica a obrigação de a Contratada, a critério da Administração, substituir, reparar, corrigir, remover, ou reconstruir, às suas expensas, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, o produto com avarias ou defeitos;

1.3. Atender prontamente a quaisquer exigências da Administração, inerentes ao objeto do presente contrato;

1.4. Comunicar à Administração, no prazo máximo de 48 (quarenta e Oito) horas, que antecederem a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

1.5. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

1.6. Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições autorizadas no Edital ou em seus anexos;

1.7. Não permitir a utilização de qualquer trabalho de menor de 16 (dezesesseis) anos, exceto na condição de aprendiz, para os maiores de 14 (quatorze anos); nem permitir a prestação de serviços de menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

1.8. Responsabilizar-se pelas despesas referentes a tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, bem como a taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato;

1.9. Garantir a titularidade de todo e qualquer direito de propriedade industrial em que envolvidos os serviços e os bens, assumindo a responsabilidade por eventuais ações e/ou



reclamações, de modo a assegurar à CONTRATANTE a plena utilização dos bens adquiridos ou a respectiva indenização;

1.10. Certificar e garantir que os serviços e bens ofertados não apresentam vícios provenientes de projeto, material ou mão de obra utilizados ou decorrente de ato ou omissão da CONTRATADA que possam surgir pelo uso normal dos mesmos, nas condições existentes no Brasil;

1.11. Prestar todo o suporte solicitado, sem ônus para a CONTRATANTE, seja via telefone, seja através de correio eletrônico, seja, ainda, presencialmente.

1.12. Responsabilizar-se:

1.12.1 Por quaisquer acidentes na entrega dos bens, inclusive quanto às redes de serviços públicos; pelo uso indevido de patentes; e, ainda, por fatos de que resultem destruição ou danificação dos bens, estendendo-se essa responsabilidade até a assinatura do “Termo de Recebimento Definitivo dos Bens e Serviços” e a integral liquidação de indenização acaso devida a terceiros;

1.12.2. Pelo pagamento de seguros, impostos, taxas e serviços, encargos sociais e trabalhistas, e quaisquer despesas referentes aos bens, inclusive licença em repartições públicas, registros, publicações e autenticações do Contrato.

#### **CLÁUSULA OITAVA – DOS ENCARGOS DA CONTRATANTE**

1. A Contratante, **além das obrigações específicas constantes no Projeto Executivo**, obriga-se a:

1.1. Expedir as ordens de serviço, com todas as informações necessárias à execução dos serviços contratados;

1.2. Prestar informações e esclarecimentos pertinentes que venham a ser solicitados pelo representante ou preposto da CONTRATADA;

1.3. Proceder às medições e efetuar o pagamento mensal devido pela execução dos serviços, desde que cumpridas todas as formalidades e exigências do contrato;

1.4. Exercer a fiscalização dos serviços prestados, por servidores designados para esse fim;

1.5. Comunicar oficialmente à CONTRATADA quaisquer falhas verificadas no cumprimento do contrato;

1.6. Observar o cumprimento dos requisitos exigidos nas especificações técnicas, solicitando à CONTRATADA as substituições e as correções que se verificarem necessárias.

#### **CLÁUSULA NONA – DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO**

1. Durante a vigência deste contrato, a execução do objeto será acompanhada e fiscalizada por representante do CONTRATANTE, designado, para tal fim, pelo Reitor, ao qual caberá atestação das faturas dos serviços prestados.

2. O fiscal do contrato pode sustar qualquer trabalho que esteja sendo executado em desacordo com o especificado, sempre que essa medida se tornar necessária.

3. A atestação de conformidade dos serviços executados cabe ao fiscal do contrato ou a outro servidor designado para esse fim.

4. A nota fiscal ou fatura será entregue sempre ao fiscal do contrato.

5. O fiscal é responsável pela vigência e acompanhamento do contrato, devendo solicitar a sua prorrogação se for interesse da administração.

6. Caberá ao fiscal a responsabilidade de acompanhar a substituição de peças na manutenção corretiva e o fiel cumprimento das manutenções preventivas.

7. O fiscal deve anotar em expediente próprio as irregularidades encontradas, as providências que determinou, os incidentes verificados e o resultado dessas medidas.

8. O fiscal deve emitir atestados ou certidões de avaliação dos serviços prestados, das obras executadas ou daquilo que for produzido pelo contratado.

9. Indicar ao gestor que efetue glosas de medições por serviços, obras ou produtos mal executados ou não executados; e sugerir a aplicação de penalidades ao contratado em face do inadimplemento das obrigações.

10. Confirmar a medição dos serviços efetivamente realizados.

11. Liberar a fatura para pagamento dentro do prazo avençado.

12. Emitir atestado de execução parcial ou total.

## **CLÁUSULA DÉCIMA – DA LIQUIDAÇÃO E DO PAGAMENTO**

1. O prazo para pagamento será de **30 (trinta) dias**, após a data do recebimento definitivo atestado na nota fiscal e encaminhado ao setor financeiro.
2. Caso a parcela não atingir o valor determinado na legislação, o prazo para pagamento será de 5 (cinco) dias úteis, de acordo com o § 3º do art. 5º da Lei nº 8.666/93: “Observados o disposto no caput, os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24, sem prejuízo do que dispõe seu parágrafo único, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da apresentação da fatura.”
3. O pagamento somente será efetuado após o ateste, pelo servidor competente, da Nota Fiscal/Fatura apresentada pela Contratada.
4. O ateste fica condicionado à verificação da conformidade da Nota Fiscal/Fatura apresentada pela Contratada e do regular cumprimento das obrigações assumidas.
5. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará pendente até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.
6. Antes do pagamento, a Contratante realizará consulta online ao SICAF e, se necessário, aos sítios oficiais, para verificar a manutenção das condições de habilitação da Contratada, devendo o resultado ser impresso, autenticado e juntado ao processo de pagamento.
7. Constatando-se junto ao SICAF a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua advertência *via e-mail* para que, no prazo de **5 (cinco) dias corridos** regularize sua situação ou apresente defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez por igual período a critério da contratante.
8. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o órgão deverá adotar as medidas necessárias nos autos do processo administrativo correspondente, assegurados a ampla defesa e o contraditório.

9. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, nos termos da Instrução Normativa nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012, da Secretaria da Receita Federal do Brasil e da Lei nº 9.430, de 1996.

10. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123/06 não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. O pagamento, entretanto, ficará condicionado à apresentação de comprovação por meio de documento oficial de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

11. O pagamento será efetuado por meio de Ordem Bancária de Crédito, mediante depósito em conta-corrente, na agência e estabelecimento bancário indicado pela Contratada, ou por outro meio previsto na legislação vigente.

12. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

13. A Contratante não se responsabilizará por qualquer despesa que venha a ser efetuada pela Contratada, que porventura não tenha sido acordada no contrato.

14. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de encargos moratórios proporcionais aos dias de atraso, apurados desde a data limite prevista para o pagamento até a data do efetivo pagamento, à taxa de 6% (seis por cento) ao ano, aplicando-se a seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

**EM** = Encargos Moratórios a serem acrescidos ao valor originariamente devido

**N** = Número de dias entre a data limite prevista para o pagamento e a data do efetivo pagamento

**VP** = Valor da Parcela em atraso

**I** = Índice de atualização financeira, calculado segundo a fórmula:

$$I = (6 / 100)$$

$$365$$

N = Número de dias entre a data limite prevista para o pagamento e a data do efetivo pagamento

VP = Valor da Parcela em atraso

## **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO REAJUSTE DO CONTRATO**

1. Será admitido o reajuste dos preços dos serviços continuados contratados com prazo de vigência igual ou superior a doze meses, nos termos do artigo 19, XXII, da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2/2008, desde que observado o interregno mínimo de 1 (um) ano, mediante a aplicação do Índice Geral de Preços do Mercado (IGP-M), ou outro que venha substituí-lo, divulgado pela instituição Fundação Getúlio Vargas (FGV).

1.2. O interregno mínimo de 1 (um) ano será contado:

a. Para o primeiro reajuste: a partir da data limite para apresentação das propostas constante do Edital;

b. Para os reajustes subsequentes ao primeiro: a partir da data do fato gerador que deu ensejo ao último reajuste ocorrido ou precluso.

1.3. O prazo para a Contratada solicitar o reajuste encerra-se na data da prorrogação contratual subsequente à data em que se completou o cômputo do interregno mínimo de 1 (um) ano, ou na data do encerramento da vigência do contrato, caso não haja prorrogação.

1.3.1. Caso a Contratada não solicite o reajuste tempestivamente, dentro do prazo acima fixado, ocorrerá a preclusão do direito ao reajuste.

1.3.1.1. Se a vigência do contrato tiver sido prorrogada, novo reajuste só poderá ser pleiteado após o decurso de novo interregno mínimo de 1 (um) ano, contado na forma prevista neste Edital.

1.3.1.2. Caso, na data da prorrogação contratual, ainda não tenha sido divulgado o novo índice de reajuste adotado, a Contratada deverá solicitar a inserção de cláusula no termo aditivo de prorrogação que resguarde o direito futuro ao reajuste, a ser exercido tão logo seja divulgado o novo índice, sob pena de preclusão.

1.4. Os novos valores contratuais decorrentes do reajuste terão suas vigências iniciadas observando-se o seguinte:

- a. A partir da data em que se completou o cômputo do interregno mínimo de 1 (um) ano;
- b. Em data futura, desde que acordada entre as partes, sem prejuízo da contagem de periodicidade para concessão dos próximos reajustes futuros;
- 1.5. A decisão sobre o pedido de reajuste deve ser feita no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados a partir da data da solicitação da Contratada.
- 1.6. Os reajustes serão formalizados por meio de apostilamento, exceto quando coincidirem com a prorrogação contratual, caso em que deverão ser formalizados por aditamento ao contrato.

## **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS INFRAÇÕES E DAS SANÇÕES**

1. As infrações e as sanções administrativas são as constantes no Edital, observadas as tabelas abaixo:

**Tabela 1**

<b>GRAU DA INFRAÇÃO</b>	<b>PONTOS DA INFRAÇÃO</b>
1	2
2	3
3	4
4	5
5	8
6	10

2. Pelo descumprimento das obrigações contratuais, a Administração aplicará multas conforme a graduação estabelecida nas tabelas seguintes:

**Tabela 2**

<b>GRAU</b>	<b>CORRESPONDÊNCIA</b>
1	300,00
2	500,00
3	700,00
4	900,00
5	2.000,00
6	5.000,00

**Tabela 3**

ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU	INCIDÊNCIA
1	Deixar de cumprir os prazos previstos neste edital.	1	Por empregado ou por ocorrência
2	Executar serviço incompleto, paliativo, substitutivo como por caráter permanente, ou deixar de providenciar recomposição complementar.	2	Por ocorrência
3	Fornecer informação pífida de serviço ou substituição de material.	2	Por ocorrência
4	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratados.	6	Por dia e por posto
5	Destruir ou danificar documentos por culpa ou dolo de seus agentes.	3	Por ocorrência
6	Utilizar as dependências da CONTRATANTE para fins diversos do objeto do contrato.	5	Por ocorrência
7	Recusar-se a executar serviço determinado pela FISCALIZAÇÃO, sem motivo justificado.	5	Por ocorrência
8	Permitir situação que crie a possibilidade de causar ou que cause dano físico, lesão corporal ou consequências letais.	6	Por ocorrência
9	Retirar das dependências do TCU quaisquer equipamentos ou materiais, previstos em contrato, sem autorização prévia do responsável.	1	Por item e por ocorrência
<b>PARA OS ITENS A SEGUIR, DEIXAR DE:</b>			
10	Manter a documentação de habilitação atualizada.	1	Por item e por ocorrência
11	Cumprir prazo estabelecido pelo contrato ou	1	Por unidade de

	determinado pela FISCALIZAÇÃO.		tempo definida no contrato
12	Cumprir determinação da FISCALIZAÇÃO para controle de acesso de seus empregados.	1	Por ocorrência
13	Cumprir determinação formal ou instrução complementar da FISCALIZAÇÃO.	2	Por ocorrência
14	Manter sede, filial ou escritório de atendimento na cidade local de prestação dos serviços.	1	Por ocorrência e por dia
15	Apresentar, quando solicitado, documentação fiscal, trabalhista e previdenciária.	2	Por ocorrência e por dia
16	Entregar ou entregar com atraso ou incompleta a documentação exigida na cláusula nona deste contrato.	1	Por ocorrência e por dia
17	Entregar ou entregar com atraso os esclarecimentos formais solicitados para sanar as inconsistências ou dúvidas suscitadas durante a análise da documentação exigida na cláusula nona deste contrato.	1	Por ocorrência e por dia

- 2.1. A partir da segunda reincidência das infrações elencadas na Tabela 2 de graus de 3 a 6 e a partir da terceira reincidência das infrações de graus de 1 e 2, a critério da administração, será considerada inexecução parcial do Contrato;
- 2.2. A partir da quarta reincidência das infrações elencadas na Tabela 2 de graus de 3 a 6 e a partir da sexta reincidência das infrações de graus de 1 e 2, a critério da administração, será considerada inexecução total do Contrato;
- 2.3. A suspensão do direito de licitar e de contratar com o IFSULDEMINAS poderá ser aplicada à CONTRATADA se, por culpa ou dolo, prejudicar ou tentar prejudicar a execução deste ajuste, nos seguintes prazos e situações:

I - Por 6 (seis) meses:
atraso no cumprimento das obrigações assumidas contratualmente, que tenha acarretado



prejuízos financeiros para o IFSULDEMINAS;
execução insatisfatória do objeto contratado, se antes tiver havido aplicação da sanção de advertência ou multa.
<b>II – Por 2 (dois) anos:</b>
Não conclusão dos serviços contratados;
Prestação do serviço em desacordo com as solicitações do IFSULDEMINAS, não efetuando sua correção após solicitação do IFSULDEMINAS;
Cometimento de quaisquer outras irregularidades que acarretem prejuízo ao IFSULDEMINAS, ensejando a rescisão do Contrato por culpa da CONTRATADA;
Condenação definitiva por praticar, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
Apresentação, ao IFSULDEMINAS, de qualquer documento falso ou falsificado, no todo ou em parte, com o objetivo de participar da licitação ou para comprovar, durante a execução do Contrato, a manutenção das condições apresentadas na habilitação;
Demonstração, a qualquer tempo, de não possuir idoneidade para licitar ou contratar com o IFSULDEMINAS, em virtude de atos ilícitos praticados;
Ocorrência de ato capitulado como crime pela Lei nº. 8.666/93, praticado durante o procedimento licitatório, que venha ao conhecimento do IFSULDEMINAS após a assinatura do Contrato;
Reprodução, divulgação ou utilização, em benefício próprio ou de terceiros, de quaisquer informações de que seus empregados tenham tido conhecimento em razão da execução do Contrato, sem consentimento prévio do IFSULDEMINAS.

2.4. A declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, poderá ser aplicada, dentre outros casos, quando a contratada:

I - tiver sofrido condenação definitiva por ter praticado, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

II - praticar atos ilícitos, visando frustrar os objetivos da licitação;

III- demonstrar, a qualquer tempo, não possuir idoneidade para licitar ou contratar com o IFSULDEMINAS, em virtude de atos ilícitos praticados;

IV- reproduzir, divulgar ou utilizar, em benefício próprio ou de terceiros, quaisquer informações de que seus empregados tenham tido conhecimento em razão da execução do Contrato, sem consentimento prévio do IFSULDEMINAS.

3. As sanções de multa podem ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de advertência e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, descontando-a do pagamento a ser efetuado.

### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA RESCISÃO**

1. A inexecução total ou parcial deste contrato enseja a sua rescisão, conforme disposto nos artigos 77 a 80 da Lei n.º 8.666/93.
2. A rescisão deste contrato pode ser:
  - 2.1. determinada por ato unilateral e escrito do CONTRATANTE, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da Lei mencionada, notificando-se a CONTRATADA com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, exceto quanto ao inciso XVII;
  - 2.2. amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo de licitação, desde que haja conveniência para o CONTRATANTE;
  - 2.3. judicial, nos termos da legislação vigente sobre a matéria.
3. A rescisão administrativa ou amigável deve ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.
4. Os casos de rescisão contratual devem ser formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL E DA VINCULAÇÃO AO EDITAL E À PROPOSTA**

1. O presente contrato fundamenta-se na Lei nº 10.520/2002, no Decreto nº 5.450/2005 e na Lei n. 8.666/1993, bem como na legislação correlata.
2. O presente contrato vincula-se aos termos do edital e seus anexos do Pregão Eletrônico n.º 16/2017, constante do processo nº 23343.001787.2017-06 e da proposta vencedora da CONTRATADA, independentemente de transcrição.

## CLÁUSULA QUINTA – DO FORO

1. Para dirimir as questões oriundas do presente contrato, que se rege, onde for omissivo, pelas disposições da Lei 8.666/93, será competente o foro da **Justiça Federal**, Seção Judiciária de Minas Gerais, **Subseção Judiciária de Pouso Alegre/MG**, renunciando as partes contratantes a qualquer outro, por mais privilegiado que o seja.

E por estarem, assim, justas e contratadas, assinam o presente instrumento, em **02 (duas) vias** de igual teor e forma, as quais para maior autenticidade, são também firmadas por duas testemunhas.

Pouso Alegre, **XX** de **XXXXXX** de **2017**.

Contratante:

Contratada:

\_\_\_\_\_  
Marcelo Bregagnoli

Reitor

Instituto Federal de Educação, Ciência e  
Tecnologia do Sul de Minas Gerais

CONTRATANTE

\_\_\_\_\_  
**XXXXXXXXXXXXXXXXXX**

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

\_\_\_\_\_  
Nome:

CPF:

\_\_\_\_\_  
Nome:

CPF: